

Sé da cidade de Nossa Senhora de Belem do Grã-Pará

No mesmo seculo (XVII) em que a cidade do Pará foi fundada, pensou o governo portuguez em estabelecer n'ella a séde de um bispado. Tratou, pois, el-rei D. Pedro II de dar execução a este pensamento, solicitando do papa as competentes bullas; e logo que lhe constou que o pontifice se promptificava a annuir ás suas supplicas, nomeou primeiro bispo da nova diocese a D. Fr. Manuel da Natividade. Porém tudo isto não passou de projectos; porque, chegando ao conhecimento de D. Gregorio dos Anjos, bispo do Maranhão, que se pretendia desmembrar o seu bispado, para se constituir uma nova diocese com a parte que tiravam d'elle, protestou contra o que chamava espoliação, e tanto lidou, e tal opposição fez perante a curia romana, que alcançou não sómente sustar a publicação das bullas, quando já estavam para se expedirem, mas até logrou neutralisar as diligencias del-rei, impedindo a decisão d'aquelle negocio.

Só depois do fallecimento d'aquelle monarcha e dos dois prelados contendores é que o Pará foi erigido em bispado, a instancias del-rei D. João V, e por bulla do papa Clemente XI, passada no dia 4 de março do anno de 1719. Foi primeiro bispo D. Fr. Bartholomeu do Pilar, religioso carmelita.

Foi organisado o cabido com quatro dignidades, arcediago, para presidir ao coro, arcipreste, chantre e mestre-eschola; dez conegos presbyteros, seis diaconos e quatro subdiaconos; dezeseis beneficiados; vinte e um capellães, nove com o titulo de capellães cantores, sendo um d'elles mestre de capella, e o resto intitulados capellães acolytos; e, finalmente, dez moços do côro. Assim foi installado o cabido na egreja matriz, da invocação de Santa Maria da Graça, elevada então ás honras de cathedral.

As modestas proporções do templo mal se prestavam á accommodação de tão numeroso cabido e ás pompas de um pontifical. O prelado reconhecia e lamentava a estreiteza do templo, mas falleciam-lhe os meios para metter hombros á fundação de uma nova sé. A pequenez da cidade; o moroso desenvolvimento do seu trato commercial; e o estado em que se achava a esse tempo a maior parte do territorio da diocese do Pará, mal povoado e quasi inculto, faziam tão minguados os rendimentos da mitra, que apenas chegavam, sem largueza, para a sustentação do prelado e do seu cabido, e para as despezas do culto.

O governador do Pará, vendo a cidade falta de todos os edificios publicos indispensaveis a uma capital, não dava ouvidos ás representações de D. Fr. Bartholomeu do Pilar, que não cessava de pedir o auxilio do governo para a fundação que desejava levar a effeito.

D'est'arte se passaram perto de trinta annos, persistindo a sé no acanhado templo da antiga egreja matriz. Porém el-rei D. João V não era soberano que desattendesse por muito tempo as supplicas que lhe eram dirigidas para augumento da religião ou maior lustre da egreja lusitana. Portanto, sem lhe importar se a capital da provincia do Pará tinha ou não edificios apropriados para a séde do governo, e para a conveniente accommodação das repartições publicas, e annuindo aos rogos do prelado d'aquella diocese, ordenou

a Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, 18.º governador da provincia do Pará, que concorresse para a edificação de uma nova egreja cathedral com determinada quantia annual, tirada dos cofres da provincia.

Apressou-se o governador a dar execução ás ordens do monarcha, pondo-se de accordo com o bispo, e promptificando-se a auxilial-o em tudo.

Feito o risco, e escolhido para logar da fundação o mesmo em que se achava a egreja matriz, celebrou-se com grande solemnidade a inauguração dos trabalhos no dia 3 de maio de 1748. Lançou a primeira pedra nos alicerces da capella-mór do novo templo o bispo, assistido do seu cabido e mais clerezia da cidade, em presença de todas as auctoridades.

Correram as obras com velocidade, não obstante a grandeza do edificio, de sorte que em poucos annos foram concluidas.

Levanta-se esta sé em uma praça, ficando-lhe fronteiro o edificio do paço episcopal e seminario, outr'ora collegio dos jesuitas.

Tem certo aspecto de nobreza a frontaria da sé, apesar de ser pouco ornamentada, e de não ter talvez a elevação necessaria para se lhe poder dar o epitheto de esbelta; pois que conta uns 18 metros de altura desde o pavimento da praça até á parte superior do oculo, que está logo por baixo do nicho de Nossa Senhora, e á qual corresponde, no interior do templo, o ponto mais elevado da abobada. As torres tem um pouco mais do dobro da altura da nave, pois medem uns 37 metros. As cupulas, com os seus remates a modo de lanternetas, fazem estas torres muito massiças e pesadas. Todavia, como se acham bem separadas do corpo central, não são inteiramente desengraçadas.

Todas as pilastras que decoram o frontispicio são de ordem dorica e da maior singeleza possivel. A ornamentação em que o architecto foi prodigo consiste nas pyramides e vasos que distribuiu em volta das cupulas das torres, e no corpo central, aos lados e por cima do nicho de Nossa Senhora. São nada menos de doze estes ornatos, em nossa opinião pouco graciosos, mas muito usados pelos architectos portuguezes em taes construcções. A imagem que está no referido nicho é de Nossa Senhora de Belem, padroeira da cidade.

Dão entrada para o templo tres portas, a principal no frontispicio, e duas que se abrem no envasamento das torres, nas duas fachadas lateraes.

No interior da egreja reina a mesma singeleza de architectura; mas, em compensação, é muito alegre e vasta, pois tem de comprimento, desde a porta principal até ao altar-mór, obra de 62 metros, e de largura, em a nave principal, pouco mais de 10 metros.

No corpo da egreja ha quatro altares de cada lado, e dois no cruzeiro, o da parte do evangelho em que está o Santissimo Sacramento, e o da parte da epistola consagrado a Nossa Senhora de Belem. No cruzeiro ha alguns bons paineis a oleo de pintores portuguezes.

Os intervallos dos altares são decorados com pilastras com capiteis doirados.

A capella-mór é muito espaçosa. Tem aos lados duas tribunas ou coretos para a musica nas occasiões festivas. O altar-mór é rico em obra de talha doirada.

Conta esta sé tres sacristias: uma do bispo, outra do cabido, situadas á direita e á esquerda da capella-mór; e a terceira, que deita para um corredor contiguo ao cruzeiro, pertence á freguezia, pois que n'esta cathedral está erecta a parochia de Santa Maria da Graça. Não são notaveis estas sacristias por bellezas architectonicas, nem por decorações proprias, mas encerram as duas primeiras vasos sagrados, paramentos e outras alfaias de bastante riqueza e primor artistico. Muitos d'estes objectos preciosos foram doados a esta sé por el-rei D. João v.

A casa do capitulo, o archivo do cabido e a casa do consistorio da confraria do Santissimo Sacramento são grandes e bem dispostas salas; e do mesmo modo as casas de arrecadação e mais officinas necessarias a uma cathedral que serve tambem de parochia.

Esta sé e o palacio do governo, cuja gravura publicámos a pag. 189, são os melhores edificios da cidade do Pará. As gravuras que d'elles damos são cópias de photographias, que a empreza deve ao obsequio do sr. Antonio Joaquim de Sousa Martins.

I. DE VILHENA BARBOSA.

FRUCTOS DE VARIO SABOR

III

AS ROSEIRAS DO AMOR

(Vid. pag. 201)

XII

OS DOIS JARDINEIROS

Passou a primavera, e começou o estio, sêcco e ardente, como poucas vezes succede nos campos do Minho. A terra despiu o seu manto verde e florido; as searas amadureceram prematuramente; os fructos mal se desenvolveram; as fontes seccaram; a calma e a sêde faziam todos os dias succumbir os animaes e as plantas. O sôpro do vento suão devorava tudo por onde passava!

Tres ou quatro mezes depois da missa rezada em Santo André, foi o padre Manuel chamado uma noite para confessar uma velhinha que morava na casa do cerrado proximo á capella.

A doente, depois de confessada, sentiu-se melhor, e pediu ao cura que se demorasse até pela manhã, o que este fez sem custo por estar com muito somno. Pela volta das quatro horas, ergueu-se o padre do banco onde descançára e despediu-se da velha, cujos allivios progrediam, para ir dizer em Avelomar a missa do costume na capella de Nossa Senhora das Neves.

Ao passar pela ermida de Santo André, lembrou-se das roseiras e pensou:

— Devem estar bem mirradas as pobresinhas! Com o calor que tem feito...

Dizendo isto, olhou para o logar onde ellas tinham sido plantadas e ficou pasmado. As duas hastesinhas tinham crescido mais de um palmo, e estavam resplendentes de vida, com as folhas todas verdes, e os olhos viçosos e vigorosos, como se fosse em plena primavera!

— Vontade de Santo André! disse o padre approximando-se. Não podia ser senão um milagre, á vista da secca enorme que...

Expirou-lhe a palavra nos labios, sorriu-se, e depois continuou, mexendo com a ponteira da bengala na terra humida onde vicejavam as plantas:

— É boa! Eu a fazer do santo jardineiro, e foi o outro que... Ah! Pedro, Pedro! S. Pedro te valha, rapaz! Vejam lá que tal é a vontade que tem de casar, hein?! Apanha todos os dias uma caminhada d'estas para vir regar as roseiras antes de ir para o mar... porque está claro que tem vindo regal-as todos os dias, se não, não estavam tão frescas e crescidas! O diacho é o moço! O que vale é que ellas já não dão rosas este anno, se não... Esperem, que elle ahi vem... oiço passos na estrada. Pois vou-me encobrir alli com o vallado para ver como o rapaz puxa pelas plantas.

O bom velho correu quanto lh'o permittia a edade, e foi esconder-se entre uns salgueiros que serviam de tapume ao cerrado visinho.

Ao mesmo tempo chegou ao pé das roseiras a pessoa, cujos passos elle tinha ouvido sem a ver, por causa de um cómoro que dividia o areial da estrada.

Era Maria Palmeiro.

O padre Manuel esteve para soltar uma exclamação e sair do escondrijo; mas conteve-se e ficou.

A moça trazia á cabeça uma infusa cheia de agua; olhou á roda de si, e depois começou a regar as plantas, fallando ao mesmo tempo em voz alta:

— Hoje não posso vir ver-vos de tarde, minhas roseirinhas. Já não temos herva para os bois n'estes sitios, e hei de leval-os para o Agro Velho. Disse em casa que tinha deixado hontem a foicinha na bouça, e por isso é que vim deitar-vos agua fresca a estas horas. D'aqui em diante não posso vir senão aos domingos... mas Santo André ha de tomar conta em vós.

Depois da rega catou cuidadosamente os arbustos, tirando-lhes alguns insectos que tinham dormido á sombra de suas folhas, e, aproximando-se da porta da ermida, ajoelhou e poz-se a rezar uma oração. Ainda não tinha acabado quando Pedro appareceu ao pé d'ella, vindo do areial com um cantarinho ás costas.

Ao conhecerem-se, a donzella sentiu arder a cara, como se a tivesse esfregado com mostarda; e o rapaz poz-se a tremer, em riscos de quebrar o cantaro, e fez-se amarello como se tivesse apanhado um susto d'estes de apoplexia.

— Estás ahi, cachopa? interrogou elle parvamente, sem se lembrar de que a estava vendo.

— Eu estou... e tu?... tu vinhas...

— Sim... é verdade... eu vinha...

Poisou o cantaro no chão, tirou o barrete, e principiou a calumniar a cabeça, coçando-a como se ella tivesse bichos.

Maria sentou-se na areia, olhou para o cantaro e disse comsigo:

— Por isso eu as achava todos os dias encharcadas!

Pedro tomou animo com o silencio da moça; pegou no vaso de agua e aproximou-se das plantas.

— Não lhes deites mais, gritou Maria; olha que lhes apodrece a raiz com tanta agua.

— Ah! exclamou por sua vez o rapaz, vendo os pés dos arbustos alagados e a infusa de Maria junto d'elles. Lá me parecia que, com o calor que tem feito, não podia a agua que eu deitava pela manhã conservar-se vinte e quatro horas sem seccar!

— Pois vinhas todos os dias, Pedro?

— De madrugada... antes de ir para o mar. E tu?

— Eu vinha de tarde... quando trazia os bois á bouça.

— E hoje?

— Hoje vou para o Agro Velho... e não podia vir á hora do costume.

— Oh! cachopa! agora é que eu sinto quanto me queres! E bem vês que não te quero menos!

Maria tornou a córar sem responder.

Regando as roseiras todos os dias ás escondidas, era apanhada em flagrante declaração de que tinha pressa de casar com Pedro. Que mais havia a dizer de parte a parte?

O rapaz comprehendeu isto bem, apesar da rudeza que o padre lhe attribuira outr'ora, e sentou-se ao pé da donzella, todo trémulo de ternura e de medo.

— Ó moça, mas olha que estão lindas! não achas?

— Estão, estão! Sempre tem um verde mais viçoso...

O mancebo pegou-lhe na mão, e começaram ambos a tremer como se estivessem para se assassinarem um ao outro, ou se tivessem apanhado uma carga de maleitas furiosas.

— Gostavas de as ver com rosas, Maria?

— Se tu gostavas... eu... tambem...

— Santo André ha de fazer o milagre ainda este anno, deixa estar.

— Como sabes isso?

— Tem-m'o dito o meu cantarinho... e a tua infusa tambem ha de ajudar!

Olharam-se com ternura e ficaram calados por muito tempo na mesma posição.

O padre, que tudo ouvia e via, estava contente com a sinceridade e pureza d'aquelle amor, que a solidão não conseguia desvairar.

— Eis a minha obra! dizia elle comsigo. Fui eu que lhes formei as almas innocentes. Ninguem tenha receio de que elles pensem sequer na possibilidade de um crime. Tem pressa de casar? Que mal ha n'isso? Só querem dever á egreja a sua felicidade. Oh! innocencia! Deus te abençoe!

E só Deus sabe onde pararia a expansão de contentamento do excellente velho se Pedro não tivesse passado um braço em torno do pescoço da sua noiva.

— É tempo de intervir... Quem sabe lá! Ás vezes é assim que o diabo as arma.

Tossiu fortemente, o que obrigou o rapaz a tirar immediatamente o braço de cima do hombro da moça, e saíu detraz dos sabugueiros.

— Bom dia, meus filhos. Então que é isto? Por aqui tão cedo!

Pedro ergueu-se de um pulo; Maria quiz fazer o mesmo, porém as pernas faltaram-lhe e ficou sentada. Ambos se fizeram vermelhos, sem acharem palavras para corresponder á saudação do padre.

— Com que então, Pedro, não foste hoje ao mar?

— Ainda vou, sr. padre.

— Ah! ainda vaes? E tu, Maria, vieste tão cedo para a bouça!

— Eu vim a... ia para... vim procurar uma foicinha que...

— Não mintas! Eu já sei ao que vieram. Ora pois! As roseiras estão bonitas; bem se vê que lhes tem sobejado cuidados e agua! Estão tão bem pegadas, que, ainda mesmo que se puxe por ellas, já se não arrancam.

Dizendo isto, fez menção de experimentar se os arbustos se poderiam arrancar. Os dois amantes correram para elle supplicantes.

— Está bom, está bom! Não tenham susto; uma vez que prometti, está promettido. Mas agora escusâmos de cá tornar, porque ellas já não morrem. A muita agua é que as póde matar. Não se cancem mais; este anno já ellas não deitarão flores; e d'aqui a pouco começam a perder a folha.

— E se seccarem? ousou perguntar o rapaz.

— Affirmo-te que não seccam. Prohibo-lhes que tornem cá sem minha licença; ouviste, cachopa?

— Sim, senhor.

— No dia em que fizer um anno que as roseiras se plantaram, estou prompto a casal-os se me obedecerem.

— Jurâmos!

— Muito bem. Agora vamos-nos embora, que ainda vou dizer a missa das seis.

Partiram todos tres. Ao chegar á estrada da aldeia, Pedro tomou o caminho que conduz por Finisterræ, ou Finisterra, e foi para a pesca dos congros.

O padre acompanhou a moça até á porta do amo, e ahi disse-lhe antes de se separar d'ella:

— Não tornes a Santo André, nem me estejas só com Pedro... por causa das más linguas. Olha que o melhor panno póde apanhar nodoas que ninguem é capaz de tirar.

(Continúa) F. Gomes de Amorim.

D. CATHARINA DE BRAGANÇA

(Vid. pag. 190)

Pelo extracto que fizemos das *Memorias* de lord Clarendon, vê-se que, em verdade, Luiz XIV contribuiu efficazmente para o casamento da nossa infanta com el-rei de Inglaterra, ou, antes, foi elle que o resolveu a manter a palavra dada a D. Francisco de Mello, circunstancia que nenhum dos nossos historiadores menciona.

Clarendon, que foi um dos negociadores mais leaes que tivemos para se realisar este enlace, refere tambem na obra já citada, que o rei, antes de assignar

o contrato, enviára o nosso embaixador aos lords do seu conselho privado, para que elle lhes désse conta das instrucções que trouxera de Portugal para se lavrar o tratado. Que ahi declarára o mesmo embaixador, que quanto ao dote, a rainha regente D. Luiza, tendo resolvido não tocar no dinheiro destinado para as despezas da guerra, vendêra as suas joias e parte da baixella; e, além d'isso, pedíra emprestada muita prata das egrejas e conventos, e por este modo havia juntado o dote, que estava mettido em cofres sellados, em logar onde ninguem podesse dar-lhe outra applicação.

Quanto á entrega de Tanger, como o governador era um homem obstinado, e que tinha vivido muitos annos n'aquella cidade [1], a rainha o ia substituir por um fidalgo da sua confiança [2], e tanto que lhe havia declarado o fim para que o nomeava. Que a esquadra que fosse enviada para conduzir a rainha iria primeiro a Tanger tomar posse d'aquella cidade; e que, finalmente, a rainha não embarcaria sem que esta possessão estivesse no dominio de sua magestade britannica, e todo o dinheiro do dote a bordo da esquadra. Que para a entrega de Bombaim se tinha resolvido chamar á corte o vice-rei da India, e nomear outro com cuja obediencia o governo podesse contar [3].

Tal era o temor de resistencia, até das proprias auctoridades, á entrega d'estas possessões aos inglezes, que se tomaram similhantes precauções. E, todavia, sem a alienação d'estas nossas colonias, não teriamos mantido a independencia nacional. Mas isto custou muito a entrar nas cabeças duras do povo, como deixa entrever o cauteloso auctor do *Portugal restaurado*.

Logo que o nosso embaixador ajustou as clausulas do tratado, Carlos II reuniu o parlamento para lhe dar parte do seu casamento com a infanta de Portugal nos seguintes termos:

«Estou resoluto a eleger por esposa a princeza de Portugal, podendo assegurar-vos ser aquella que em Europa mais convinha ao bem d'este reino, e que quando propuz este intento ao meu conselho privado, sem cujo parecer nunca resolvi nem resolverei coisa alguma de publica importancia, não achei um só voto que não approvasse com inexplicavel alegria a minha eleição, vaticinio que venerei como maravilha, entendendo que pelo ceo era approvado este intento, por cujo respeito resolvi tomar a ultima conclusão com o embaixador de Portugal, o qual parte para aquelle reino com o tratado assignado, que contém grandes vantagens nossas, e eu fico tratando com a brevidade possivel de fazer conduzir a este reino uma rainha que ha de trazer para mim e para vós grandes felicidades.»

Depois expoz o chanceller-mór, conde de Clarendon, em uma larguissima oração, as grandes vantagens de Inglaterra no casamento de Portugal.

O parlamento respondeu:

«O casamento do rei com a princeza de Portugal é tão grande honra nossa, que não somos capazes de a retribuir por modo equivalente.»

Com o tratado matrimonial já assignado, voltou o conde da Ponte a Lisboa em julho de 1661, sendo recebido pela rainha regente com o maior contentamento, e *differentes* affectos da nobreza e povo (diz o conde da Ericeira), porque a rainha a todo o custo lhe parecia barato conseguir o casamento da infanta em Inglaterra; e os povos sentiam vivamente a entrega de Tanger e Bombaim, por ficarem os moradores d'estas cidades expostos aos erros hereticos.

Logo que no conselho de estado se ratificou o tratado de Londres, o conde da Ponte, *com todo o segredo*, e conselhos da rainha regente, dispoz o modo da entrega de Tanger e Bombaim, de se juntar o dinheiro para satisfação do dote, e se fazerem os aprestos da casa da nova rainha.

Esta asserção, de auctor que fazia parte da corte, não confere com a narrativa do chanceller de Inglaterra, acima transcripta, na qual diz ter-lhe declarado o embaixador portuguez que o dote estava já contado e arrecadado.

Que isto não era tanto assim, prova-o a convocação das cortes para se lhes pedirem os dois milhões com que havia de ser dotada a infanta. Estas cortes, porém, convocadas em julho para o fim de novembro (1661), foram mandadas sustar por carta régia de 16 d'este ultimo mez. Mas João Pedro Ribeiro, nas suas investigações pelos cartorios do reino, não achou assento nem capitulo algum d'ellas, por isso as deu como duvidosas, dizendo: «Ignoro que chegassem a celebrar-se, ainda que em carta de 16 de novembro de 1663, ao concelho de Coimbra, pareça referir-se a estas o que ahi se affirma das ultimas cortes, em que os povos offereceram o dobro das sizas, por dois annos, para a satisfação do dote da sr.ª D. Catharina, rainha da Gran-Bretanha [1].»

O conde da Ericeira tambem não falla em taes cortes; e ultimamente o douto antiquario, o sr. J. C. Ayres de Campos, no indice que fez do archivo da camara de Coimbra, não achou alli sequer a communicação do casamento de D. Catharina, como era de uso nos matrimonios das pessoas da familia real.

De todo o referido se póde inferir que as cortes foram sustadas com receio de que se oppozessem á entrega de Tanger e Bombaim aos inglezes. Esta inferencia é ainda reforçada pelo facto de se estar ainda devendo, passados annos, parte do dote, o que motivou reclamações que muito vexaram a nossa princeza, já desavinda com o rei seu marido pelas escandalosas infidelidades com que elle a affrontava em publico, e nas proprias salas do paço, como adiante referiremos.

E por ultimo, o seguinte artigo do contrato matrimonial demonstra que o reino estava tão exhausto, que se não poderam juntar os oitocentos contos para satisfazer o dote! Diz assim, em resumo:

El-rei de Portugal promette e se obriga a dar em dote ao sr. rei da Gran-Bretanha, com a serenissima infanta sua irmã, dois milhões de cruzados portuguezes; metade dos quaes se metterá na armada antes da princeza se embarcar; o que for em dinheiro se entregará logo ás pessoas que o sr. rei da Gran-Bretanha deputar para o receber; e o que for em pedraria, assucar e outras mercadorias, não entrará na conta, mas virá a Londres entregar-se ás pessoas a quem o sr. rei de Portugal der auctoridade; e estas pessoas serão obrigadas dentro de dois mezes a pagar o seu inteiro valor em moeda ingleza. Pelo que toca á outra metade (montando a um milhão de cruzados portuguezes), o sr. rei de Portugal se obriga a pagal-a no praso de um anno, em dois pagamentos.

O apanagio que o rei de Inglaterra estabeleceu a sua mulher foi de trinta mil libras annuaes em quanto vivesse, e um palacio mobilado para sua habitação, quando enviuvasse.

Os outros artigos d'este contrato podem-se ver no tomo I da *Collecção dos tratados celebrados com a corôa de Portugal*, publicada pelo sr. J. F. Borges de Castro, ou na *Historia genealogica* do padre Sousa.

Com quanto os ajustes se fizessem em 23 de junho de 1661, por causa das perturbações que então havia em Inglaterra, se adiou a partida da nossa infanta para a primavera do anno seguinte.

Logo que chegou ao Tejo a esquadra ingleza para conduzir a rainha, que foi a 10 de março de 1662, começaram as festas do casamento, que em Lisboa se fizeram com esplendidas illuminações, toiros, mascaradas, procissão e *Te Deum*, de que ha uma extensa

[1] O conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, auctor da *Historia de Tanger*.

[2] D. Antonio de Almeida.

[3] Antonio de Mello e Castro.

[1] *Memorias de litteratura*, publicadas pela academia, tomo II.

relação escripta em hespanhol pelo dr. Antonio de Sousa de Macedo, posto saísse anonyma [1].

Acabadas as festas (que duraram muitos dias), embarcou a joven rainha de Inglaterra a 23 de abril, constando a armada que a acompanhou de quatorze naus, cinco sumacas com mil caixas de assucar (parte do dote), e uma barca de Cezimbra, que, por sua velocidade, quiz o almirante inglez levar para amostra ao rei da Gran-Bretanha.

O sequito da rainha compunha-se de umas trinta pessoas, em que entravam os veadores condes de Pontevel e de Penalva, Francisco Corrêa da Silva; as damas de honor condessas de Penalva e de Pontevel; Ricardo Russell, bispo de Portalegre, capellão e esmoler; açafatas, toucadeiras e musicos.

O marquez de Sande, embaixador de Portugal, era o conductor da rainha, levando por secretario Francisco de Sá de Menezes.

Por causa do tempo, não pôde a esquadra sair a barra senão no dia 25, conservando-se, porém, a rainha a bordo, e continuando as luminarias e os descantes todas as noites em volta dos navios por um enxame de barcos, que alli accorriam ao cair da tarde.

A armada gastou de Lisboa a Portsmouth vinte e quatro dias, trabalhada de tempestades e calmarias, padecendo a rainha tanto, que recebeu o rei seu marido estando de cama.

Tambem se publicou um diario d'esta viagem, onde se mencionam muitas particularidades curiosas, que por brevidade não extractâmos; limitando-nos a noticiar que ha um exemplar d'este rarissimo papel na bibliotheca nacional de Lisboa [2].

Na altura de Portsmouth veiu o duque de York, irmão de Carlos II, n'uma vistosa esquadra, encontrar-se com a da rainha e trazer-lhe uma carta do rei. D. Catharina recebeu o cunhado na sua camara, vestida á ingleza, de téla côr de canna, guarnecida de rendas de prata. Os fidalgos do sequito do duque beijaram a mão á rainha, não consentindo ella que o fizesse sua alteza. Depois d'esta ceremonia, em que serviu de interprete o bispo Russell, ficaram a rainha e o duque conversando familiarmente, elle em hespanhol e ella em portuguez.

As esquadras seguiram ambas para a barra de Portsmouth, em cuja cidade se fez o desembarque, ao som festivo da artilheria da armada e das fortalezas de terra, esperando a sua magestade no caes os magistrados da cidade, vestidos de gala, os titulos e tribunaes, fazendo-lhe o corregedor da cidade uma *pratica de grandes parabens e offerecimentos.*

A ordem em que o prestito seguiu para os coches reaes está desenhada na estampa que hoje publicâmos, cópia de uma gravura do tempo, dedicada ao duque de Ormond, e que obsequiosamente nos foi confiada pelo nosso collega bibliothecario da bibliotheca publica de Evora, o sr. A. Filippe Simões.

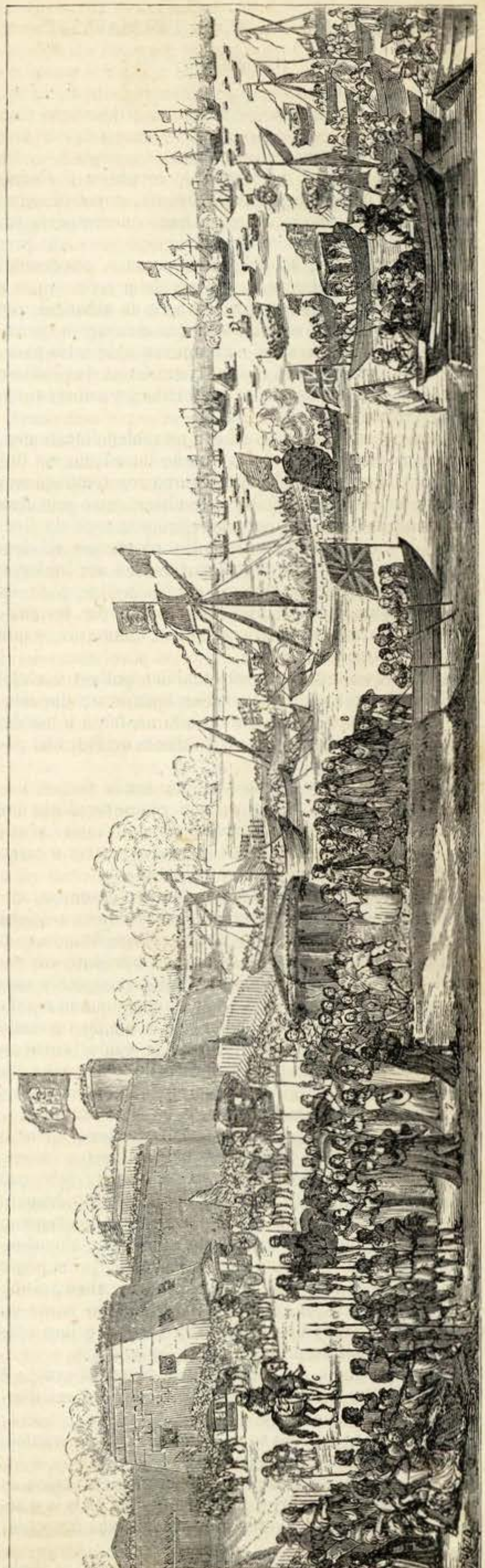
Os numeros que na gravura se divisam indicam os seguintes personagens:

1. A rainha e seu cunhado, o duque de York.
2. O lord camareiro-mór, conde de Manchester.
3. O mordomo-mór, duque de Ormond.
4. O marquez de Sande, embaixador de Portugal.
5. O estribeiro-mór da rainha, lord Montague.
6. O lord marechal.
7. O corregedor da cidade.
8. Gondola de lord Montague.
9. Hiate de sua alteza o duque de York.
10. A esquadra ingleza.

(Continúa) A. DA SILVA TULLIO.

[1] *Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa con la nueva del casamiento de la serenisima infanta de Portugal D. Catalina con el serenisimo rey de la Gran-Bretaña Carlos* II. Lisboa, 1662, in-4.º Obra rara, de que ha um exemplar na bibliotheca nacional de Lisboa.

[2] *Relação diaria da jornada que a senhora rainha da Gran-Bretanha D. Catharina fez de Lisboa a Londres*, etc. 1662, in-4.º



Desembarque da rainha D. Catharina de Bragança em Portsmouth

REIS D'ARMAS, ARAUTOS E PASSAVANTES

(Vid. pag. 202)

II

ARAUTOS

Havia em Roma, no tempo da republica e do imperio, um cargo denominado *fetialis*, cujas funcções consistiam em levar, a pessoa que o desempenhava, mensagens e recados ao campo inimigo, ou onde quer que a mandava o consul, ou imperador, ou general romano, e em publicar, por meio de pregão, a paz e a guerra que o estado declarava, e as allianças que contrahia. Quando o *fetialis* ia em mensagem ao arraial inimigo, levava na mão um ramo de certa planta, a que chamavam *sagmina*, como divisa que o désse a conhecer, e dispozesse os contrarios a receberem-n'o amigavelmente.

Tambem na Grecia se achava estabelecido este uso, e, provavelmente, foi de lá que se introduziu em Roma, pois que os gregos precederam os romanos nos progressos da civilisação, e este ultimo povo procurou implantar no seu paiz as instituições e usos da Grecia, que mais accommodados lhe pareceram ao desenvolvimento da sua grandeza, do seu esplendor e prosperidade. Sendo, porém, eguaes as funcções, os gregos davam aos que as exerciam o nome de *caduceator*, proveniente da divisa que os distinguia, e que era um *caduceo* [1].

Com a queda do imperio romano acabou o cargo de *fetialis*, pois que os povos septentrionaes que destruiram o throno dos Cesares, não obstante tomarem para si algumas praticas e usos dos vencidos, não admittiram aquelle cargo.

Porém, decorridos muitos annos, tendo Carlos Magno fundado o grande imperio, herdeiro da gloria das aguias romanas, este monarcha adoptou varias praticas da antiga Roma, entre as quaes fez reviver o cargo de *fetialis*, mas com differente nome.

Pretendem alguns historiadores que o nome que então se lhe deu foi o de *herold*, dizendo que na lingua allemã quer dizer homem d'armas, significando com essa denominação que tal homem se empregava em negocios de armas ou da guerra. Outros escriptores sustentam que o imperador Carlos Magno chamou áquelles officiaes *heráos*, derivando este nome do vocabulo latino *heros*, heroe, em razão de se contar entre as obrigações dos referidos officiaes a de tomar nota das façanhas que se praticavam na guerra, para depois as apregoar, proclamando heroes os seus auctores.

Quanto a nós, parece-nos que o vocabulo allemão *herold* foi derivado de *heraus*, que no mesmo idioma tem duas significações — *ás armas* e *sair;* pelo que quadra perfeitamente o nome de *herold* ao homem d'armas, cujo officio é andar por fóra em mensagens. Os inglezes, que receberam este officio dos allemães, e que depois o transmittiram a Portugal, juntamente com os dos outros officiaes da armaria, chamam-lhe *herald*. É, portanto, esta a etymologia do nome de arauto, que entre nós se lhe deu logo que taes officiaes foram admittidos por el-rei D. João I.

Como dissemos no artigo antecedente, o arauto é o segundo dos officiaes da armaria, entre o rei d'armas e o passavante.

Já os nossos leitores sabem que são tres os arautos, e que se denominam Lisboa, Sylves e Goa.

Além de acompanharem os soberanos em todos os actos solemnes da côrte, juntamente com os reis d'armas e passavantes, exerciam variadissimas funcções, como embaixadores, junto dos exercitos, e na qualidade de officiaes de cavallaria.

Consistiam as primeiras em ir declarar a guerra ou proclamar a paz nas côrtes estrangeiras, e levar mensagens, publicas ou secretas, de um para outro monarcha. Desempenhavam as segundas, annunciando aos capitães e cavalleiros o dia destinado pelo rei ou general para o combate; caminhando, nas marchas dos exercitos, junto do estandarte real; procurando subir a um logar elevado, logo que principiava a batalha, para observar os que mais se distinguiam por seu valor, a fim de referir a el-rei os seus nomes; depois da batalha, levantando e recolhendo as bandeiras que estivessem no campo; contando os mortos; diligenciando fazer troca dos prisioneiros; presidindo á distribuição dos despojos e das recompensas; indo intimar as praças fortes para se renderem; publicando pelas principaes terras do paiz as victorias obtidas, e levando taes noticias aos soberanos amigos. Como officiaes da cavallaria, eram encarregados de annunciar as justas, torneios e desafios; de convidar as pessoas que ahi deviam comparecer; assignalar o campo e as liças do combate; chamar o aggressor e o defensor, marcando-lhes o ponto de partida, dando-lhes o signal para o rompimento da lucta, e animando-os com o grito de guerra de cada um d'elles. Por este serviço recebiam uma gratificação, paga pelos contendores, que era maior se combatiam com lança, e menor se pelejavam com espada.

Era tambem el-rei quem dava aos arautos a investidura do cargo e o nome por que haviam de ser designados. Celebrava-se este acto com o mesmo ceremonial, salvo algumas pequenas differenças, que descrevemos tratando dos reis d'armas.

O novo arauto era introduzido na sala e levado junto do throno pelo principal rei d'armas, que é o Portugal, na falta d'este o Algarve, e em ultimo logar o rei d'armas India. O arauto vinha com o vestido de passavante, sem cota nem brazão. Ajoelhado aos pés del-rei, e com a mão direita sobre o missal, que lhe era offerecido pelo mesmo rei d'armas, proferia o seguinte juramento, que, apesar de ser extenso, vamos transcrever, porque mostra com exactidão e miudeza as variadas e importantes funcções que em o nosso paiz, e nos outros reinos d'onde nos veiu este cargo, eram commettidas aos arautos:

«Juro aos Santos Evangelhos, nas mãos do rei d'armas Fulano, que bem, e fiel, e lealmente servirei a el-rei nosso senhor toda a minha vida, e me não mudarei, nem passarei para nenhum outro rei, nem principe; nem mudarei o nome que pelo dito senhor me é posto, resalvando, se para elle o dito senhor me der licença.

«Juro assim mesmo, que em qualquer maneira, e em qualquer tempo, que sentir damno ou proveito do dito rei nosso senhor, que a meu officio toque e pertença, o revelarei e direi a sua propria pessoa, ou a quem por elle me for mandado, resalvando em guerra, se o dito rei nosso senhor com algum rei ou principe a tivesse, ou com outra qualquer pessoa a que por meu officio sou obrigado a guardar segredo, assim a meu senhor como á parte contraria.

«Juro assim mesmo, que em todas as mensagens, recados, embaixadas de que for encarregado, assim pelo dito rei nosso senhor, como pelos que seu logar e mandado para elle tiverem, como de qualquer outro rei ou principe; posto que esteja em inimizade com o dito rei nosso senhor, farei verdadeiras e fieis relações: inteiramente direi e fallarei o que me for dito e mandado; e não accrescentarei, nem minguarei d'isso coisa alguma por odio, dadivas, nem promettimento, nem por outro respeito algum, e em tudo farei verdade, servirei fielmente, etc.

«Juro assim mesmo, que quando me achar em al-

1 O caduceo era a insignia de Mercurio, personagem da fabula. Consta de uma vara com duas serpentes entortilhadas, e na parte superior duas azas.

gumas justas ou torneios, ou em guerras, escaramuças, desafios, assaltos, ou em quaesquer outros actos de guerra de qualquer sorte e qualidade que sejam, sempre diga fiel e verdadeiramente tudo aquillo que vir por meus olhos á boa fé, e sem engano, nem malicia, e sem accrescentar nem diminuir alguma coisa em nenhum modo que seja; e de tudo farei verdadeiro e fiel testimunho, sem tirar, nem minguar, nem accrescentar a honra, e louvor, e fama de nenhuma pessoa, por nenhum respeito que seja.

«Juro assim mesmo, que serei verdadeiro e leal, fiel, secreto a todo o estado de nobreza, e tudo o que for dito em segredo, não sómente n'estes reinos e seus senhorios, mas em qualquer outro reino em que me achar ou senhorio.

«Juro assim mesmo, que não farei desafio, nem intervirei n'elle entre nenhumas pessoas, de qualquer qualidade e condição que sejam, sem mandado especial del-rei nosso senhor.

«Juro assim mesmo, que qualquer dadiva, bem ou honra, que receber de qualquer rei, principe ou senhor, a que por el-rei nosso senhor for enviado, ou por quem seu logar e mandado para elle tiver, o direi a el-rei nosso senhor: e assim a quaesquer outros reis e principes, se por elles por isso for perguntado; não direi mais nem menos do que receber, nem me for feito por tal, que verdadeira e fielmente notifiquei a nobreza de cada um.»

Em razão de tão importantes funcções, gozavam os arautos de grande immunidade na guerra, sendo recebidos e despedidos do arraial inimigo ou da corte estrangeira com toda a cortezia e solemnidade.

Ao juramento seguia-se o baptisado, pela mesma fórma por que descrevemos o do rei d'armas. A copa ou taça com agua, que o copeiro-mór apresentava a el-rei para o baptismo, era de prata doirada, mas sem tampa. Depois do monarcha lhe ter lançado agua pela cabeça, impondo-lhe o nome da capital do reino de que ia ser arauto, o rei d'armas vestia a cota ao novo arauto e punha-lhe o brazão no peito, do lado direito. O copeiro-mór entregava-lhe a taça, como brinde; os outros officiaes da armaria publicavam em alta voz, por trez vezes, o nome do mesmo arauto, terminando a ceremonia com o beija-mão.

Não se podia ser nomeado arauto sem ter exercido por sete annos o cargo de passavante.

Existem na actualidade os tres arautos, com os nomes indicados, mas as suas funcções estão limitadas a irem na frente dos prestitos reaes, junto aos reis d'armas e passavantes, a pé ou a cavallo, segundo o modo por que caminha o prestito nas grandes solemnidades. Na acclamação dos soberanos, que ao presente é feita no palacio das cortes, reunidas ambas as camaras em sessão real, e assistindo el-rei sentado no throno, e cercado de toda a sua corte, logo que o presidente acaba de levantar o brado, acclamando tres vezes o novo soberano, saem da sala os arautos, e correm á janella principal do palacio, acompanhados dos outros officiaes da armaria e do alferes-mór do reino, e d'alli bradam tres vezes, em voz alta: «Real, real, real, por D. Fulano, rei de Portugal.»

Por fallecimento do soberano, na ceremonia da quebra dos escudos, de que trataremos em outra occasião, tambem são encarregados os arautos de annunciar ao povo a morte do monarcha.

As cotas dos arautos são similhantes ás dos reis d'armas. Nas insignias distinguem-se d'estes em trazer o brazão preso no peito, em vez de ser pendurado de um collar lançado ao pescoço; e em consistir o brazão sómente no escudo d'armas do respectivo reino, sem coroa.

Hoje não se fazem as ceremonias da investidura ou baptisado.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

A ROUMANIA OU MOLDO-VALACHIA

(Conclusão. Vid. pag. 185)

A Roumania, estendendo-se como em amphitheatro desde o Danubio até ao cimo dos montes Karpathos, póde dividir-se em tres regiões: a região montanhosa, rica de jazigos mineraes e vastamente coberta de arvoredo; a região das collinas, em que, segundo o velho conselho de Virgilio, campeia a vinha em toda a sua belleza; e a região das extensas planicies, onde se cultivam com especialidade os cereaes.

O aspecto das montanhas da Roumania é grandioso, e recorda, segundo dizem os viajantes, as lindas paizagens dos montes da Suissa. A sublimidade do espectaculo que apresentam os cimos d'essas montanhas é ainda realçada pela solidão quasi completa que n'ellas domina. A natureza existe alli em todo o seu rude esplendor e magestade.

Ensombrada em grande parte por vasto arvoredo, a região montanhosa da Roumania poderia ser manancial fecundo de productivas riquezas, se a falta de communicações não tornasse impossivel o aproveitamento regular das extensas florestas que a povoam.

A admiração do viajante e do explorador não desce de ponto quando da contemplação das bellezas que lhe descobre o horisonte passa ao estudo das riquezas que encerra o solo da parte montanhosa do paiz. De feito, é alli tão grande e tão variada a quantidade de jazigos mineralogicos, de muitos dos quaes se encontram visiveis indicios á superficie do terreno, que bastariam elles para constituir uma riqueza valiosissima, se não estivessem, a maior parte, virgens ainda do alvião do mineiro.

As condições naturaes do solo e do clima são muito favoraveis tambem ao desenvolvimento da vinha; e se a Roumania não é ainda considerada como um paiz vinicola de primeira ordem, é isso devido a algumas praticas nocivas, á pouca solicitude no tratamento das cepas, e ao methodo seguido no fabrico e na conservação dos vinhos.

Não obstante ser a producção dos cereaes e das forragens o objecto principal da agricultura do paiz, não é menor, n'este respeito, o atrazo dos processos de cultura, muitos dos quaes não differem sensivelmente dos empregados ha muitos seculos.

Quando o progresso economico do paiz levar o agricultor á adopção de machinas e instrumentos aperfeiçoados, e a facilidade das communicações aproximar os mercados dos centros de producção, a agricultura ha de attingir na Roumania o consideravel desenvolvimento que lhe proporciona a extraordinaria fertilidade do terreno. N'um paiz em que o agricultor não precisa empregar adubos para augmentar a força productiva do solo que cultiva; e em que as terras pobres e ingratas, ou que só produzem regularmente quando são em extremo beneficiadas, quasi não existem, a prosperidade da agricultura não póde ser ponto de dúvida.

Tambem para auxiliar este progresso muito hão de concorrer os habitos e tendencias da população, cujo amor á vida agricola é digno de mencionar-se. Para os habitantes do campo é regra invariavel que seus filhos devem continuar, como elles, a cultivar a terra, e parece-lhes coisa censuravel quando algum vae nas cidades aprender arte ou mister alheio á agricultura. Mas o que mais do que tudo ha de servir para dar impulso aos melhoramentos agricolas é o espirito de associação, por assim dizer, inherente á natureza do agricultor da Roumania. É tão larga a applicação que alli se faz d'este salutar principio, que até os grandes possuidores de rebanhos tem por associados os proprios pastores.

Além das condições naturaes que deixâmos apon-

tadas, outras muitas contribuem para tornar a Roumania um dos paizes mais largamente dotados de elementos de prosperidade e de progresso.

Cortado por um grande numero de rios, que vão quasi todos lançar-se no Danubio, e collocado em uma posição geographica que bastante favorece o seu commercio externo, este paiz ha de necessariamente occupar de futuro um logar importante entre as nações civilisadas.

O caracter e os costumes dos habitantes da Roumania revelam, logo á primeira vista, ao observador menos perspicaz, um povo que a sujeição estrangeira tornou por muito tempo alheio aos progressos da civilisação. A liberdade não desvaneceu de todo ainda o cunho de abatimento moral que lhe imprimiram seculos de escravidão.

Como é natural n'um povo que a oppressão trouxe por tanto tempo estranho á civilisação, as superstições abundam na Roumania, e influem não pouco nos habitos e na vida dos seus habitantes. Aquellas que herdou dos seus antepassados, algumas das quaes revelam claramente origem romana, tem-se juntado não poucas das que lhe hão transmittido os povos visinhos e os invasores, e bastantes das feiticeirias e extravagancias dos ciganos, ou bohemios, que formam uma parte não pequena da população.

Nada nos dá tão poetica idéa do abatimento moral dos moldavos e dos valachos como a singular construcção dos cemiterios de aldeia. Alli os ornatos e os enfeites das cruzes que indicam as sepulturas contrastam singularmente com o profundo esquecimento a que ellas parecem condemnadas. Póde a hera entrelaçar-se á vontade em volta dos funebres monumentos, póde o vendaval despedaçal-os irreverente, e o tempo minar-lhes lentamente a base, que ninguem irá reparar taes estragos, nem impedir similhante destruição.

É raro que uma lagrima vá orvalhar um d'esses tumulos esquecidos, ou que junto d'elles se oiça murmurar uma prece.

É que a escravidão tornou este povo triste, resignado, e pouco sensivel ao temor da morte, que era, até ha pouco, para elle o unico meio de escapar ás tyrannias, ao imposto e ás alcavalas de toda a sorte.

O trajo dos habitantes da Roumania, principalmente o das mulheres, recorda, por vezes, os tempos da Grecia e de Roma.

Posto que varie bastante segundo as regiões, póde-se dizer que o trajo dos homens é geralmente uma camisola de panno branco, que desce até aos joelhos, e assenta sobre uma calça tambem branca e curta. Uma cinta de lã, de côres vivas, enrola-se em duas ou tres voltas á roda da cintura, e pende ao lado terminando por uma larga franja. Muitos usam tambem uma especie de jaleco aberto, muito largo, com gola direita, de panno preto, guarnecido de botões e de cordão de seda entretecido de fios de oiro. Os chapeos ordinarios são de pelle de carneiro, pretos ou brancos.

O trajo das mulheres compõe-se, em geral, de uma grande camisa de panno ajustada ao pescoço, de mangas largas, sem punhos, cingida ao corpo por um cinto, ordinariamente escarlate. É accessorio obrigado um avental de lã, quasi sempre bordado com ricos ornatos, e de côres e desenhos variados. Este avental pende quasi até aos pés, tanto adiante como atraz.

As mulheres casadas cobrem a cabeça com uma especie de toalha, que, depois de lhes emmoldurar o rosto, cae graciosamente entre os hombros.

As raparigas trazem quasi sempre a cabeça descoberta, coroada de flores, que lhes pendem, como cachos, por detraz das orelhas.

Os habitantes da Roumania são sobrios e laboriosos. A gente do campo nutre-se principalmente de legumes e de lacticinios, e, em logar de pão, come uma especie de bolo feito de farinha de milho, a que chamam *mamaliga*. A carne só apparece nas mesas nos dias festivos mais notaveis.

Os utensilios domesticos accusam o atrazo em que está ainda a industria n'este povo. A madeira substitue quasi completamente, na fabricação d'estes utensilios, os metaes, a loiça e o vidro, usados nos paizes mais civilisados.

Temos já por mais de uma vez alludido a costumes e tradições que revelam, sem questão, origem romana; porém longa descripção fariamos se quizessemos dar idéa perfeita da grande parte que ainda tem na vida d'este povo o elemento latino.

Por toda a parte se encontram ainda hoje na Roumania os vestigios do dominio romano, e não é difficil achar a correspondencia de muitas villas e cidades modernas com aquellas que fundaram os soldados e colonos saídos da antiga Roma.

A memoria de Trajano conserva-se como que divinisada na Roumania; o seu nome applica-se a tudo o que tem uma superioridade notavel em a natureza. Um monte que se eleva acima de outros é a torre de Trajano; o trovão é a voz de Trajano; a via lactea é o caminho de Trajano.

Muito longe poderiamos levar as nossas investigações ácerca da Roumania [1]; mas difficilmente chegariamos a dar ajustada e completa idéa do seu estado actual, qualquer que fosse o aspecto por que o encarassemos. A rapida transformação por que este povo está passando, graças aos salutares beneficios da liberdade, viria talvez contradizer ámanhã o que escrevessemos hoje.

Por toda a parte a febre do progresso, permitta-se-nos expressar-nos assim, se denuncia hoje na Roumania. Assim quasi sempre acontece aos povos que jazeram por muito tempo adormecidos á sombra nefasta do dominio estranho. O despertar para a liberdade e para a civilisação é n'elles geralmente epocha de desenvolvimento desordenado.

A legislação refunde-se em todas as partes, e os novos principios, travando lucta gigante com os habitos e as tradições, vão infundindo pouco a pouco a vida e a actividade n'essas populações enervadas por seculos de despotismo.

As cidades transformam-se, e os bairros elegantes e regularmente construidos vão tomando o logar ás ruas tortuosas e ás habitações miseraveis e immundas.

Os habitantes dos campos, livres da oppressora sujeição em que viviam, e tornados proprietarios de servos da gleba que eram, vão-se despindo da indolencia, do desleixo, do afferro ás praticas rotineiras, e adoptando os processos mais aperfeiçoados e as machinas mais convenientes para o progresso da agricultura.

A regeneração moral e economica manifesta-se em todos os sentidos. A instrucção publica tem obtido nos ultimos annos notavel e rapido desenvolvimento; as vias de communicação ordinaria são construidas em larga escala; os caminhos de ferro vão dentro em pouco inaugurar-se; a industria manufactureira, até agora desprezada e sem organisação propria, começa a ser objecto da geral attenção; tudo, finalmente, quanto póde contribuir para a civilisação e prosperidade d'este paiz está sendo estudado, emprehendido, levado a cabo com a actividade, o afan, a impaciencia, proprios de um povo que ainda ha pouco atirou de si as algemas com que durante seculos lhe haviam roxeado os pulsos, anniquilando-lhe ao mesmo tempo as mais nobres aspirações.

T. DE C.

1 Os que desejarem ter mais amplo conhecimento dos paizes que hoje constituem a Roumania consultarão, com proveito, as seguintes obras:—*Provinces roumaines*, de Ubicini.—*La Roumanie*, de Vaillant.—*Voyage de Paris à Bucharest*, tomos XIII e XVII do *Tour du monde*.—Na *Revue des cours litteraires*, tomo III, dois artigos de Philarete Chasles sobre os Principados Danubianos.—*Notice sur la Roumanie*, obra publicada no anno passado em Paris, por occasião da exposição universal, primeiro concurso internacional em que a Roumania se apresentou.